



## Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial

REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_, de 2025  
(Das Sras. Ana Pimentel, Erika Kokay e Daiana Santos)

Requer a realização de audiência pública conjunta da Comissão de Saúde, Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação e com a Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial, para debater a incorporação de novos medicamentos de ação prolongada na resposta ao HIV/Aids no Brasil.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 24, inciso III, combinado com o art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de **audiência pública conjunta da Comissão de Saúde com a Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial**, com o objetivo de debater a incorporação de novos medicamentos de ação prolongada no enfrentamento ao HIV/Aids no Brasil. A audiência pública proposta tem como finalidade discutir, com a necessária profundidade e representatividade institucional, os impactos, desafios e estratégias para garantir o acesso às mais recentes inovações científicas voltadas à prevenção e ao tratamento do HIV, em especial os medicamentos de ação prolongada, como *cabotegravir* e *lenacapavir*. Sugerimos, inicialmente, os seguintes convidados para compor a mesa:

- Representante Ministério da Saúde;
- Representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);
- Representante do UNAIDS Brasil;
- Representante da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde – CONITEC;
- Representante da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA);
- Sr. Lavito Bacarissa – Secretário-Executivo da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.





## JUSTIFICAÇÃO

Apesar dos avanços históricos, o HIV/Aids segue como um desafio urgente à saúde pública. Em 2023, segundo o UNAIDS, 1,3 milhão de pessoas foram infectadas pelo HIV, número muito acima da meta global de 370 mil novas infecções até 2025.

Medicamentos inovadores de ação prolongada, como o *lenacapavir* (semestre) e o *cabotegravir* (bimestral), representam avanços significativos, com eficácia comprovada superior a 95% na prevenção da infecção. Contudo, o acesso desigual e o alto custo podem comprometer seu potencial de impacto.

O UNAIDS defende a produção de versões genéricas acessíveis, o financiamento adequado e a superação de barreiras estruturais como estratégias fundamentais para o fim da epidemia de AIDS até 2030.

O Brasil foi pioneiro no fornecimento gratuito de tratamento para pessoas com HIV e, atualmente, 82% das pessoas diagnosticadas estão em tratamento. Entretanto, garantir o acesso à profilaxia pré-exposição (PrEP) e aos novos medicamentos de ação prolongada, sobretudo entre populações mais vulneráveis e historicamente marginalizadas, é urgente e estratégico.

Diante desse cenário, a realização da presente audiência pública conjunta se justifica como espaço plural e necessário para articular respostas intersetoriais, baseadas em evidências e em direitos humanos, capazes de assegurar a incorporação efetiva dessas tecnologias ao Sistema Único de Saúde (SUS) e seu acesso universal. Solicito, por fim, o apoio dos Nobres Pares para a aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, em                      de abril de 2025.

Deputada **ANA PIMENTEL – PT/MG**

Deputada **ERIKA KOKAY – PT/DF**

Deputado **DAIANA SANTOS – PC do B/RS**

